

*Coruche e as suas gentes na Idade Média**

JULIETA ARAÚJO**

Faculdade de Letras de Lisboa

Resumo: As terras de Coruche e as suas gentes assistiram durante a Idade Média a várias disputas, mas neste trabalho vamos apenas salientar alguns episódios que ocorreram entre muçulmanos e cristãos, ou, entre Portugal e Castela.

Palavras-chave: Coruche; Portugal; Castela; Muçulmanos; Diplomacia.

Abstract: The lands of Coruche and its people watched during the Middle Ages several disputes, but in this work, we will only point out some episodes that occurred between Muslims and Christians or between Portugal and Castile.

Keywords: Coruche; Portugal; Castile; Muslim; Diplomacy.

* Recebido em 3 de junho de 2016 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2016.

** Professora Dra. Julieta Araújo, Centro de História, Departamento de História, Faculdade de Letras de Lisboa.

Desde muito cedo que o Homem se sentiu atraído pela área correspondente a Coruche dos nossos dias e disso há testemunhos que perduram até hoje, pelo menos desde o *Homo erectus*, que já fabricava artesanalmente instrumentos e cujos vestígios se encontram nesta zona (SANTOS, 2003, p. 33). Nos tempos pré-históricos (do 5º ao 2º milénio a.C.) as populações fixaram-se deixando marcas, das quais cumpre destacar os dólmenes - sepulcros funerários (SANTOS, 2003, p. 33).

Com o passar dos tempos, na idade do Ferro, esta zona continuava a ser habitada e sujeita a influências externas como a dos Fenícios (ARRUDA, 2003, p. 47). Seguem-se as influências romanas (RIBEIRO, 1976) e depois as bárbaras, que influenciarão todo o Portugal e apesar de não haver muitos dados, sem dúvida que a zona de Coruche partilhou o destino do resto do território.

Com chegada dos muçulmanos à península no séc. VIII a zona de Coruche cai sob o seu domínio que perdurará no futuro território português até ao século XII. Como refere Fernando Branco Correia “durante os vários séculos do período islâmico os imensos recursos do vale do Sorraia não foram, certamente ignorados” (CORREIA, 2003, p. 71). E se não ficaram testemunhos escritos específicos sobre Coruche, ficaram referências às terras envolventes, especialmente Santarém e Évora.

As águas do Sorraia que banham as terras de Coruche,¹ fornecem peixe, águas para a lavoura e, sem dúvida, um meio de comunicação. A fartura natural da terra, a abundância de água e a beleza da paisagem foram decisivos para a fixação humana, pois esta zona amena e aprazível era propícia para a manutenção de população. Na zona próxima de Santarém, para além da riqueza natural, há também referências, no séc. X, à criação de cavalos, usados para as investidas contra os cristãos a norte (CORREIA, 2003, p. 72).

As terras de Coruche, situadas entre Évora e Santarém, sofreram influência de ambos os agregados populacionais e partilharam muitas vezes o seu destino. Esta terra acolhedora assistiu a várias disputas, mas neste pequeno

¹ Coruche é também uma designação de uma variedade de trigo mole plantado na Estremadura (SILVA, 1990, p. 156).

trabalho vamos apenas salientar alguns episódios que ocorreram, durante a Idade Média, entre muçulmanos e cristãos, ou, entre Portugal e Castela.

Durante a formação da nossa nacionalidade, Coruche e as suas terras, ficavam numa zona muito sensível, enquanto fronteira e estratégica para ambos adversários. Assim é muito provável que durante a época muçulmana existisse um castelo que servisse de defesa contra os cristãos, a norte, já que o reino muçulmano de Al-Andalus terminava na zona do Mondego e havia ataques por parte dos cristãos para as zonas a sul. O castelo forneceria abrigo às populações que habitavam na povoação e arredores contra estes ataques.

À medida que D. Afonso Henriques fazia conquistas para sul e alargava as fronteiras, também necessitava cada vez mais de fortalezas protectoras dos territórios conquistados. Salientemos que a conquista de território não significava a sua manutenção. Por vezes, era mais fácil conquistar, que manter a conquista. Para se manter a posse efectiva das terras tornavam-se necessárias infra-estruturas protectoras e pessoas que assegurassem essa defesa. Assim, havia a exigência de postos fortificados na zona de fronteira, uns na posse de muçulmanos e outros na posse de cristãos, cada um protegendo o respectivo domínio.

O monarca, consciente da importância da sua presença mais perto da frente de batalha, deixou o norte do reino de Portugal e estabeleceu-se mais a sul, em Coimbra. Dentro desta política de proximidade e de defesa, em 1135 mandou edificar o castelo de Leiria e procurou fortalecer a linha do Mondego. A fronteira encontrava-se neste momento bastante indefinida, variando constantemente com o sucesso das diferentes investidas protagonizadas por ambos os lados. Em 1147 o rei de Portugal conquista Santarém, o que permite o apoio estratégico no avanço para sul. Consegue tomar Lisboa e, conseqüentemente, mandou fortificar a linha do Tejo, que passou agora a ser a zona fronteira. Mas a ambição territorial do nosso monarca não ficava por aqui, as conquistas tinham-lhe demonstrado que difícil não significava impossível.

As terras de Coruche tornam-se palco de poderosos recontros e sabemos que monarca português, D. Afonso Henriques, sincronizado com os ataques de Geraldo Sem-pavor, consegue o domínio de Évora em

1165 e no ano seguinte, em 1166 conquista e manda reedificar o castelo de Coruche (LEÃO, 1975a, p. 83), entre outros. Há referências tanto à *reedificação* do castelo de Coruche como à sua *construção* para a mesma época e o motivo prende-se ao tipo de edifício que existiria, assim “[...] quanto à fortificação existente durante o período islâmico, é possível conjecturar que tenha sido construída maioritariamente em taipa” (CORREIA, 2003, p. 73), desta forma, após ter sido conquistada devia ter ficado praticamente destruída, pelo que teve de ser mandada fazer de raiz.

Assim, “[...] o castelo de Coruche, mandado construir entre 1166 e 1173, foi entregue por Afonso Henriques à Ordem de Évora em 1176. Reforçava a defesa de Lisboa, protegendo-a de ataques vindos de leste pela margem sul do Tejo” (MATTOSO, 1993, p. 68). Era uma posição estratégica para proteger a fronteira e os avanços para sul, mas devido ao passar dos anos, era o príncipe D. Sancho que agora se dedica à defesa das fronteiras do reino, pelo que terá tido parte activa na criação desta Ordem militar de Évora que, como dissemos, era para a defesa da cidade de Évora e que também controlava o castelo de Coruche.

A importância das Ordens Religiosas Militares foi primordial durante toda a Idade Média, uma vez que organizavam e defendiam a população, incentivavam a produção agrícola e faziam a gestão administrativa do território. Tendo em conta a falta de recursos humanos para assegurar o povoamento dos territórios conquistados e a falta de funcionários régios mesmo militares, para assegurar a defesa da população existente, era necessário deixar este importante papel para as Ordens Religiosas, neste caso os Freires de Évora, em troca de vastos territórios.

No final do reinado, o desgaste provocado pelas guerras constantes estava a revelar-se, pelo que D. Afonso Henriques ajustou a paz com os muçulmanos, em 1173, tratado válido por cinco anos, mas que, na prática, não resultou, pois continuavam os ataques de ambos os lados. Com a implantação dos almóadas na Península, assiste-se a um novo vigor expansionista, pelo que todas as recentes conquistas estavam em perigo. Em 1174 o avanço muçulmano é visível e o reforçar das suas posições em Beja faz com que o monarca português tenha de dar especial atenção à protecção de Évora (MATTOSO, 1993, p. 71).

A Ordem de Évora, tendo origem portuguesa, adoptou o estatuto da Ordem de Calatrava, que existia em Castela, os seus membros também ficaram conhecidos por *freires de Calatrava*. Vai participar activamente na defesa do território e passa a ser chamada Ordem de Avis, quando D. Afonso II lhes dá esse lugar. Esta ordem adquiriu a sua independência face a Calatrava, ou seja, a Castela, no tempo de D. João I. À frente da Ordem de Évora estava o governador militar de Lisboa e da Estremadura, Gonçalo Viegas de Lanhoso, que, em 1176, ficou também com a incumbência de defender Coruche (MATTOSO, 1993, p. 71), como já referimos. Isto dentro da política de D. Sancho I, destinada a ampliar as doações às Ordens Militares (LEÃO, 1975b, p. 99-100).

Conforme referimos os Freires de Évora ou da Ordem de Évora, que vai, mais tarde, ser conhecida como Ordem de Avis, estavam sujeitos à regra de S. Bento e participavam na reconquista em várias partes do território, inclusive ajudaram na defesa contra o ataque dos Almóadas ao castelo de Porto de Mós, em 1180. Como consequência da ajuda prestada nesta altura a D. Fuas Roupinho receberam vários castelos. E como sabemos, dedicaram-se ao domínio do estuário do Tejo, com o povoamento de Coruche (SERRÃO, 1971, p. 172) até porque em 1180 o castelo de Coruche voltou a ser ocupado pelos mouros.

Possivelmente foi destruído ou, pelo menos, muito afetado, tal como aconteceu com toda a população que habitava nas cercanias, consequência da evolução almóada para norte. Estes, no ano seguinte, procuraram tomar Évora e atacaram Lisboa por mar (AMARAL, 1995, p. 72). Mas os cristãos não estavam dispostos a perder este importante território, pelo que o esforço de recuperação teve que ser feito de novo. A reparação de cercas, muros e pontes era muito importante durante toda a Idade Média, pelo que em 1450 D. Afonso V determina que “as penas impostas ao concelho de Coruche fossem destinadas, não à chancelaria do mestrado de Avis, mas à reparação das pontes daquela vila” (SERRÃO, 1971, p. 246).² O rio Sorraia

² O autor remete para carta régia de Évora, 22 de fevereiro de 1450. *Monumenta Henricina*, vol. X, Coimbra, 1969, p. 189-190, n. 131.

que, sendo uma via fluvial navegável com pontes, terá sido testemunho de diversas sortidas militares de ambos os lados.

Havia várias formas de os monarcas organizarem, defenderem e administrarem o seu território: salientemos a concessão de terras a grandes famílias nobres, ou a pequenos cavaleiros que ajudavam na reconquista; concessão de terras a Ordens Religiosas; e a concessão de forais para incentivar a organização municipal (ou seja, beneficia a própria população concelhia). O nosso primeiro monarca e o seu filho utilizaram os três sistemas, conforme o que era mais propício para cada zona do território, e por vezes conciliavam os três numa só zona.

Deste modo, uma das formas dos monarcas incentivarem o repovoamento, principalmente de zonas estratégicas e de fronteira, era através das concessão de Cartas de foral. Nelas se contém todas as informações pertinentes para o relacionamento entre o monarca e os seus súbditos, ou seja, incluem quais os direitos específicos dos habitantes, tal como os seus deveres, bem como definições que regulam a vida da população especificando o aspecto legislativo, jurisdicional, militar e administrativo.

Considera-se tradicionalmente dois tipos de forais: para concelhos rurais e para concelhos urbanos, e variantes destes. Coruche encontra-se dentro dos concelhos urbanos e tinha como modelo o tríplice foral de 1179 e que incluía várias zonas da Estremadura (SERRÃO, 1971, p. 187).³ Este foral de Maio de 1179 dado a Santarém reflectia as relações entre o monarca e os concelhos (SERRÃO, 1971, p. 188).

Dentro deste esforço administrativo do território, por parte do monarca, sabemos que Coruche recebeu foral de D. Afonso Henriques em 1182, confirmado por D. Sancho I em 1189, e que segue o modelo de Évora. O que não é de estranhar tendo em conta estar sob o controle dos Freires de Évora. O Foral foi de novo confirmado por D. Afonso II em 1218, e manteve-se até à reforma dos forais feita por D. Manuel que lhe deu um foral novo em 1513. O Foral de Coruche de 1182, foi estudado por Margarida Ribeiro (1959), pelo que não o vamos analisar.

³ O autor remete para Torquato de Sousa Soares. "Concelhos". In: *Dicionário de História de Portugal*, v. I, p. 651.

Os tempos conturbados de Coruche não terminaram por aqui, assistindo à passagem de exércitos muçulmanos que procuravam atacar Santarém, ainda que sem sucesso, em 1184 (CORREIA, 2003, p. 74). Em 1184, o avanço almóada chega a Santarém, que foi defendida com dificuldade. Para reforçar a fronteira meridional fez, tal como seu pai, doações a ordens militares como aos freires espadários, ou seja, de Santiago da Espada (sede em Palmela) e à milícia de Évora (OLIVEIRA, 1958, p. 110).

Já na época de D. Sancho I, que se preocupou muito com o repovoamento (BENTO, 2003, p. 12), a Igreja de Coruche aparece como concessão em benefício a S. Frei Gil. Era ele filho de um dos seus homens de confiança, o que significava que era um privilégio considerado de grande valor. Assim, querendo o monarca favorecer o filho de um dos seus vassallos, Rui Paez de Valladares, conselheiro, mordomo-mor do monarca e alcaide-mor de Coimbra concede ao seu filho vários privilégios. Sobre Frei Gil, ou Gil Rodriguez sabemos que, ainda em criança, prendeu as primeiras letras, e depois estudou medicina e Filosofia com tanta habilidade que se veio a tornar famoso. Graças à amizade entre seu pai e o rei D. Sancho ele recebeu várias conezias, em Coimbra, Braga, na Guarda e os priorados de Santa Eiría em Santarém e o da Igreja de Coruche. Cedo terá ido para o estrangeiro para continuar a estudar, e terá enveredado pelas artes do Demónio, mas arrependido, tornou-se frade dominicano, ingressando no mosteiro de S. Domingos de Santarém (LEÃO, 1610, p. 78).

Já no reinado de D. Pedro (1357-1367), a zona do Sorraia continuava a ser muito apreciada e a gestão das barcas que cruzavam os braços de água, por vezes, criavam problemas. Como está documentado, estas disputas ainda ocorriam na época de D. Pedro, grande apreciador de Coruche, onde vinha caçar regularmente. Enquanto monarca, D. Pedro teve como principal objectivo as questões da Justiça, tendo corrido o reino, pessoalmente, para verificar como era exercida. Não descurou as questões de administração do reino, assegurando pela Ordenação dos Barregueiros, que quem abandonasse a mulher e não criasse os filhos era punido.

Por vezes, o monarca para ajudar algumas zonas mais necessitadas esquecia direitos que já estavam concedidos a outros, É o caso de, em 1362, ter autorizado que os moradores de “Santa Maria da Gloria usem os termos

de Santarém, Muge, Coruche, Benavente e Salvaterra para as pastagens do gado, corte de madeira, corte de cortiça, caça, etc.” (PIMENTA, 2005, p. 103), quando o monarca sabia que a Ordem de Avis não gostaria desta intromissão. De qualquer forma, revela que a zona de Coruche era considerada mais farta e produtiva que outras.

D. Pedro também se interessou pela disputa que surge em 1364, entre o Comendador da Ordem de Avis e o concelho, pois o Comendador tinha a exclusividade da barca de passagem sobre o braço meridional do Rio Sorraia, tendo-se chegado a um acordo sobre o funcionamento da barca e os custos de passagem (CALAIS, [s.d.], p. 18) . Esta disputa revela os poderes existentes em Coruche, por um lado, a Ordem de Évora ou Avis, por outro, as gentes do Concelho, que tinham diversos direitos e privilégios, graças à Carta de Foral. Em Coruche tiveram lugar alguns acontecimentos internacionais de relevo. Vejamos quais.

As relações de D. Pedro com o reino vizinho de Castela eram boas, como se denota pela correspondência que mantinha com o rei de Castela, o seu sobrinho D. Pedro I, em Novembro de 1357. A relação era recíproca, pois a resposta veio no ano seguinte, com um tratado de paz com Portugal.

D. Pedro percorria frequentemente o reino, assegurando-se do funcionamento do mesmo e limitando os abusos feitos pelos mais poderosos. Em 1359 esteve principalmente no Algarve e pode ter preparado uma frota para auxiliar o sobrinho, em Castela, que lhe pedira ajuda. Na segunda metade do ano esteve pelo centro do reino. Em 1360 declara que fora casado com D. Inês de Castro, cuida de uma justiça mais pessoal e vinga-se dos que a mataram: Pero Coelho, Álvaro Gonçalves, mas Diogo Lopes Pacheco consegue fugir.

Em Maio de 1361 reúne Cortes em Elvas, onde procura limitar os abusos de poder por parte dos grandes senhores laicos ou religiosos e mais uma vez defende a manutenção do beneplácito régio (as ordens do papa eram aprovadas pelo rei antes de serem dadas a conhecer à população do reino). Antes de morrer deixa o seu filho natural, D. João, como Mestre de Avis (isto em 1364, quando ele tem sete anos).

Mas a política no reino vizinho torna-se mais conturbada e para ajudar o sobrinho envia barcos a D. Pedro I de Castela, para ajudá-lo na luta contra

Aragão. Em 1366 o nosso monarca interfere de novo na política castelhana, pois D. Pedro de Castela continua em guerra com o reino de Aragão, mas tem muitos problemas internos e está perto de perder o trono. A política peninsular era muito complexa e D. Pedro de Portugal tinha ligações familiares com quase todos os envolvidos, mas referindo o que estava a ocorrer, Pedro I “o Cruel”, rei de Castela, enfrentara Pedro IV, “o Cerimonioso”, rei de Aragão, então no auge do seu poder, na busca da hegemonia peninsular e do litoral mediterrânico. O primeiro, de temperamento violento, tinha a oposição da oligarquia nobiliária, dirigida contra ele pelos seus irmãos bastardos, filhos de Afonso XI. Estava, no entanto, em vantagem pela tomada de praças fortes e pelo ataque a Barcelona, quando Pedro IV pediu auxílio a Henrique de Trastâmara, meio-irmão de Pedro, “o Cruel”. Os interesses de França viriam também a fazer-se sentir, sendo seu objectivo a substituição de Pedro I de Castela, por seu irmão, Henrique de Trastâmara. A vitória deste viria a internacionalizar o conflito, com a Inglaterra a tomar a defesa de Pedro I. A complexidade dos interesses envolvidos viria a constituir mais uma pedra no xadrez político daquela que ficou conhecida como a Guerra dos Cem Anos (MITRE, 1994, p. 265-270).

Pedro I de Castela, que perdera o reino para Henrique de Trastâmara, futuro Henrique II, vem a Portugal em busca de auxílio de seu tio, D. Pedro, mas sabe que o príncipe D. Fernando foi contra ele, porque era sobrinho de D. Joana, mulher de Henrique Trastâmara. Mas regressando a Coruche em 1366, D. Pedro passa todo o ano na zona do Alentejo, Ribatejo e Estremadura e é aqui que o vem procurar o rei de Castela para pedir ajuda. Ora, se o rei de Castela, D. Pedro conseguisse ser oficialmente recebido em Portugal, como era o seu objectivo então o monarca de Portugal teria de ajudá-lo. Como diz na Crónica se D. Pedro de Portugal o recebesse “e nom trabalhar de o ajudar , era lhe gramde vergonha e prasmio; des i er vemdoo e fallamdolhe, nom se poderia escusar dele” (LOPES, 1986, p. 177).

Mas vamos analisar os acontecimentos já que o avanço, do rei castelhano, pelo território português, em direcção ao rei de Portugal ficou relatado. A Crónica de D. Pedro I, de Fernão Lopes, que refere “como elRei de Castella fez saber a seu tio que era em seu reino, e como se elRei escusou de o veer e lhe fazer ajuda” (LOPES, 1986, p. 175).

Coruche foi então palco de importantes acontecimentos diplomáticos; corria o mês de Maio e estava o rei de Portugal perto de Santarém quando lhe chega a notícia de que duas filhas de Pedro I, o Cruel, de Castela, estavam já nas Alcáçovas, muito perto do monarca português. Elas pediam para serem recebidas, mas sem explicarem o motivo da visita, o que não era comum na época, mas perante a situação D. Pedro mandou que lhes preparassem as acomodações para as receber e avisou-as de que o podiam visitar. Mas, aparentemente, isto seria uma desculpa preparada pelo rei castelhano, que quando soube da notícia partiu de Castela a caminho de Portugal e foi tão rápido que conseguiu apanhar a sua filha pelo caminho.

E chegou elRei Dom Pedro (de Castela) a Serpa, e dalli a Beja, e des i a Curuche, que eram viimte e huuma legoas domde elRei seu tio estava (D.Pedro de Portugal), e dalli lhe fez saber como viinha, e a ajuda e corrimento que lhe del compria, e isso meesmo o casamento de sua filha com o Iffamte Dom Fernando seu filho (LOPES, 1986, p. 176).

Assim, estando já em Coruche, é que o rei de Castela participa a sua chegada e os propósitos que o trazem: pedido de ajuda e preparação do casamento da sua filha, com o príncipe D. Fernando de Portugal. É muito possível que a população de Coruche tenha visto com grande desconfiança a chegada de D. Pedro de Castela e dos seus homens, pois o aparecimento de castelhanos armados podia ser um mau prenúncio. Até porque eram comuns as investidas de castelhanos a território português para saquear e vice-versa.⁴

⁴ Em 1381 estando D.Nuno Alvares Pereira em Portalegre, é chamado pelo rei, D.Fernando para retaliar um ataque feito pelo Mestre de Santiago de Castela, D.Fernando Ançores, que estava em Badajoz. “ el rey dom Fernando, avendo grande despeyto do mestre de santiago de Castella, dom Fernando Ançores, pollo desprazer que lhe fazia por entrar em sua terra, especialmente porque pouco tempo avia que entrara e corraera grande parte d’Antre Tejo e Odiana, e as suas gentes chegaram a Paiva e Curuche e levarom grande roubo de homens e de gaados pera Castela entrara e corraera grande parte d’Antre Tejo e Odiana, e as suas gentes”. *Estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra*, edição crítica da “Cronica do Condestabre”, intr. Adelino de Almeida Calado, Acta Universitatis Conimbricensis, Universidade de Coimbra, 1991, p. 16.

D. Pedro de Portugal fica numa situação diplomaticamente delicada, pois, neste caso sensível não lhe interessa tomar decisões enquanto não reunisse o seu Conselho Régio (órgão que era constituído pelos principais vassallos do monarca e que estão perto do rei para o aconselhar) mas se deixasse D. Pedro de Castela alcançá-lo já não poderia dizer que não o ajudava. Por este motivo pede ao sobrinho que não se aproxime mais e que aguardasse notícias em Coruche.

A seguir D. Pedro de Portugal convoca o seu filho D. Fernando, tal como o Conselho do Rei, para decidirem qual a melhor atitude a tomar. As opiniões dividiram-se, houve pareceres favoráveis à ajuda a prestar a D. Pedro de Castela na recuperação do trono, mas surgiram também muitas objecções. Os principais argumentos contra a ajuda a D. Pedro de Castela eram: o custo de tal auxílio seria muito elevado para o reino de Portugal, já que D. Henrique Trastâmara tinha muitos apoiantes e dominava toda a Castela; que D. Pedro I de Castela tinha muitas inimizades, quer na nobreza quer na população, e que os seus opositores não o queriam de volta. Assim a guerra com Henrique Trastâmara iria ser demasiado custosa em dinheiros e gentes pelo que não interessava a Portugal. Esta situação delicada tinha que ser contornada, enquanto isso D. Pedro, “o Cruel” de Castela esperava com toda a impaciência, em Coruche, a resposta que podia avançar para ser acolhido em Santarém.

A decisão tomada no Conselho Régio foi que nem o rei de Portugal, nem o infante D. Fernando (ANONIMO, 1953, p. 543) se deveria encontrar com o seu sobrinho e primo. A notícia tinha que ser transmitida, pelo que foi enviado a Coruche, onde o rei castelhano aguardava resposta, o conde D. João Afonso Tello. Chegado a Coruche e já na presença de D. Pedro de Castela, o enviado D. João Tello expôs que vinha em nome do rei de Portugal e que este sempre ajudara o seu sobrinho D. Pedro, na defesa da coroa e território castelhano, mas que naquela altura não era propício a Portugal ajudar. Até porque das vezes que fora auxílio de Portugal para Castela, quer por mar quer por terra, tinha havido queixas por parte dos fidalgos portugueses da forma como tinham sido tratados em Castela e que isso não era benéfico para nenhuma das partes.

Para além disso a nova rainha de Castela, D. Joana Manuel, era irmã da rainha de Portugal, D. Constança Manuel, e o príncipe D. Fernando não aceitava que se ajudasse contra a sua tia. Desta forma se apresentou a desculpa formal pela falta de comparência do rei de Portugal. Profundamente desagradado, D. Pedro de Castela, percebeu que não iria receber ajuda e que o seu plano de apanhar o seu tio desprevenido não resultara, pelo que pediu que lhe fornecessem alguns homens para o acompanharem até à Galiza, onde procurava encontrar apoios. Não há notícia de ter provocado distúrbios em Coruche e partiu o rei castelhano sem haver atingido o seu objectivo.

Assim Coruche foi palco privilegiado para vários acontecimentos da diplomacia ibérica durante a Idade Média e o mesmo acontece na modernidade mas isso ficará para outro trabalho...

Referências

- AMARAL, Luís Carlos. Evolução política: do condado portugalense ao reinado de D. Dinis. In: *História de Portugal medievo: político e institucional*. Coord. Humberto Baquero Moreno. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- ANÓNIMO. Don Pedro primero. In: *Cronicas de los reyes de Castilla*. Tomo I. Madrid: [s.n.], 1953.
- ARRUDA, Ana Margarida. A Idade do Ferro no baixo vale do Tejo. In: *O Homem e o trabalho: a magia da mão*. Coruche: Museu Municipal de Coruche, 2003.
- BENTO, Heraldo. *Um olhar sobre Coruche: factos e curiosidades, vivências*. Coruche: Câmara Municipal de Coruche; Museu Municipal, 2003.
- CALAIS, Cristina. Em torno da etimologia do termo Sorraia. In: *Vagas leves: rostos do Rio*. Catálogo. Coruche: Museu Municipal de Coruche, [s.d.].
- CORREIA, Fernando Branco. Coruche medieval: do final do império romano ao crepúsculo da idade média. In: *O Homem e o trabalho: a magia da mão*. Coruche: Museu Municipal de Coruche, 2003.

- LEÃO, Duarte Nunes de. *Chronica del rei Dom Afonso Henriquez*. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Reformadas por Duarte Nunes de Leão. Porto: Lello & Irmão, 1975a.
- _____. *Chronica del rei Dom Sancho o I dos reis de Portugal*. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Reformadas por Duarte Nunes de Leão. Porto: Lello & Irmão, 1975b.
- _____. *Descrição do reino de Portugal*. Portugal: Jorge Rodriguez, 1610.
- LOPES, Fernão. *Cronica de d. Pedro*. Porto: Civilização, 1986.
- MATTOSO, José. A monarquia feudal (1096-1480). In: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. II.
- MITRE, Emilio. *La España medieval: sociedades, estados, culturas*. Madrid: Istmo, 1994.
- OLIVEIRA, Miguel. *História eclesiástica de Portugal*. 3. ed. Lisboa: União Gráfica, 1958.
- PIMENTA, Cristina. *D. Pedro I*. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2005.
- RIBEIRO, Margarida. *Vasos lusitanos-romanos de Coruche*. Guimarães: Minho, 1976.
- _____. *Estudo Histórico de Coruche*. Coruche: Câmara Municipal, 1959.
- SANTOS, Ana Cristina. A aventura do trabalho: do talhe da pedra à descoberta dos metais. In: *O homem e o trabalho: a magia da mão*. Coruche: Museu Municipal de Coruche, 2003.
- SILVA, António de Moraes. *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Horizonte; Confluência, 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1977-1978. v. I-III.